

-----ATA N.º 2/2018 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
FERREIRA DO ZÊZERE AOS VINTE E
SETE DIAS DO MÊS ABRIL DE 2018 -----**

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Fábio Miguel Ferreira dos Santos e Armando António Ferreira Alexandre, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- 1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- 2.- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 23 de fevereiro de 2018. -----
- 3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

- 1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

- 1.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- 2.- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, nos termos da

alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

3.- Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 1 e alteração às PPI n.º 1, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

4.- Apreciação e votação da constituição da empresa local, de natureza intermunicipal, designada "RSTJ - Gestão de Tratamento de Resíduos, EIM, S.A." (inclui pacto social da empresa, minuta do contrato de gestão delegada para a prestação dos serviços de gestão e tratamento de resíduos urbanos e estudo de viabilidade económica e financeira da empresa intermunicipal), nos termos do n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

5.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro à Freguesia de Chãos, no valor de 3.000,00€ (três mil euros), para aquisição de uma carrinha de caixa aberta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

6.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de alimentação de três trabalhadores integrado na candidatura ao programa CEI do IEF, apresentado pela Freguesia de Areias e Pias, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

7.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de alimentação de um trabalhador integrado na candidatura ao programa CEI do IEF, apresentado pela Freguesia de Águas Belas, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

8.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio/auxílios às

freguesias do concelho, no presente mandato, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

9.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

Sinalização de trânsito na Rua João da Costa, sita na Vila e sede de freguesia de Ferreira do Zêzere;-----

Sinalização de trânsito na localidade de Cubo, freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Sinalização de trânsito para Rua da Bela Vista e Rua Nossa Senhora da Encarnação, em Cumes e Rua do Canto em Pinheiros, freguesia de Chãos; -----

10.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente à moção de apoio ao "Movimento pelo Interior - Em nome da coesão", promovida pela Assembleia Municipal da Guarda, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

11.- Apreciação e votação do pedido de revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2015, referente à proposta de passagem de áreas do domínio público municipal, sitas ao longo da Av. 13 de Junho, na vila e sede de freguesia de Ferreira do Zêzere, para o domínio privado municipal, nos termos do art.º 165.º e seguintes do CPA. -----

12.- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Presenças: distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e um dos seus membros, tendo-se registado a

ausência do eleito local José Manuel Duarte e da eleita local Isabel do Rosário Baptista. O eleito local José Manuel Duarte foi substituído pela cidadã Sandra Filipa Freitas Henriques. Uma vez que a eleita local Isabel Baptista é a segunda secretária da Mesa da Assembleia Municipal o seu lugar na mesa foi ocupado pelo eleito local Armando António Ferreira Alexandre. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores Paulo Jorge Alcobia das Neves, Hélio Duarte da Silva Ferreira Antunes, Bruno José da Graça Gomes e Orlando da Silva Patrício. -----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não houve intervenções. -----

2.- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 23 de fevereiro de 2018. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação a ata foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, uma abstenção e zero votos contra. A abstenção foi da cidadã Sandra Henriques que não esteve presente na sessão a que se refere a ata. -----

3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Sérgio Morgado, Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, solicitou o uso da palavra e começou por questionar acerca do encerramento da

Escola de Águas Belas do qual teve conhecimento através de um e-mail da Associação de Pais. Perguntou se o Presidente ainda tinha intenção de informar a Junta de freguesia sobre este encerramento e se há alguma hipótese para o não encerramento. Em seguida, referindo-se às rotundas da sua freguesia, informou que sabe que a Câmara já recebeu o relatório da Autoridade Nacional de Prevenção Rodoviária e quis saber se vai haver alguma alteração às rotundas. A terceira questão que colocou referiu-se aos buracos na sua freguesia. O Presidente da Câmara Municipal na campanha disse que iria pavimentar algumas estradas da sua freguesia, e das outras também. Falou na semana anterior com o Eng. Paulo Neves, porque há estradas que estão a precisar urgentemente de reparação. A junta de Freguesia tem tentado colaborar com a Câmara Municipal tapando alguns buracos com pó de pedra, mas quando chove é infrutífero. Perguntou para quando a resolução deste problema. -----

O eleito local Edmundo Freitas, Presidente da Junta de Freguesia de Chãos, interveio perguntando sobre a obra das Cabeças e a Rua do Monfragal. -----

O eleito local Joaquim Ribeiro iniciou a sua intervenção enaltecendo a Câmara Municipal com a presença da RTP no programa “Aqui Portugal”. Considerou excelente a posição da Câmara no sentido da devolução do IMI às coletividades do concelho, não tanto pelo dinheiro em si, mas como uma maneira de agradecer o trabalho que essas coletividades fazem e que tão útil é às gerações da terra. Uma nota menos positiva foi a descida de duas posições no índice de transparência. Vale o que vale, mas era bom que se tomassem medidas porque tem algum relevo na opinião pública. -----

O eleito local Carlos Salgado também se referiu ao índice de transparência Municipal em que, em 2016 o concelho de Ferreira do Zêzere ficou em 110.º e em

2017 em 112.º. Vão analisar as contas de 2017 e há coisas que, nas dimensões avaliadas para este índice, podem ter uma certa relevância. A primeira é a informação sobre a organização, composição social e funcionamento do município; segundo, planos e relatórios; terceiro, impostos; quarto, relação com a sociedade; cinco, contratação pública, transparência económica e financeira e transparência na área do urbanismo. Não quer resposta nenhuma do senhor Presidente da Câmara, ele fará o possível para que no ano de 2018 Ferreira do Zêzere fique mais bem colocada. O concelho da Golegã está em 22.º e pensa que Ferreira do Zêzere tem mais potencialidades para ficar mais bem colocada. Em seguida referiu-se à rotunda dos Mansos e ao facto de terem solicitado a presença do Eng. Frias. Ninguém quer destruir a obra. Querem resolver o problema pois já chega tanto barulho para uma obra tão pequena. -----

O eleito local Paulo Rodrigues solicitou o uso da palavra para fazer referência à reunião da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo na qual esteve presente. Informou que se falou das contas e se falou de vários projetos como o Wakeboard e o Tomar/Fátima Stayover onde se falou do Convento de Cristo e do turismo religioso de Fátima. Têm Dornes no concelho e nem falado foi. É algo que está completamente esquecido e acha que o Concelho de Ferreira do Zêzere talvez deva ter que fazer algum esforço perante a Comunidade para tentar não esquecer a vila ribeirinha de Dornes. -----

O Presidente da Câmara Municipal saudou os presentes e deu resposta às questões colocadas. Começou por lembrar que o encerramento da escola de Águas Belas não é novidade para ninguém, e não pode ser novidade para o Presidente da Junta de Águas Belas que era vereador na altura e concordou que a escola devia encerrar e virem para o Centro Escolar de Ferreira do Zêzere. Na altura também lhe referiram

que os alunos de Águas Belas seriam alunos de “segunda” e os que viessem para o Centro Escolar alunos de “primeira”. Já estavam à espera que a escola fosse encerrada o ano passado porque já havia salas suficientes no Centro Escolar de Ferreira do Zêzere para acolher os alunos de Águas Belas. Sem o assunto ainda ter ido a reunião de Câmara, adiantou que a margem de manobra é muito pouca. A escola de Águas Belas só não foi encerrada na altura em que o Centro Escolar abriu porque naquele ano o Centro Escolar estava completamente lotado. Em relação às rotundas, de facto chegou o relatório e, em relação às rotundas em si, não foi feito nenhum reparo. A única coisa que chamaram a atenção foi para a sinalização, que a Câmara sabia que estava menos bem, porque é sinalização provisória. O Eng. Frias achou por bem questionar um ponto do relatório com o qual ele não concorda, pois, o relatório diz que existe um sinal que não deve estar lá, mas este sinal consta no Manual das Infraestruturas de Portugal. Em relação às pavimentações nas freguesias o compromisso existe e vai-se manter. Vão repavimentar algumas dezenas de pequenas estradas. Vai ser um processo demorado e só talvez no verão é que vão lançar as primeiras. Não vão alcatroar todas as estradas de todas as freguesias. Ainda não sabe se vão lançar um concurso para duas ou três freguesias ou se para duas ou três estradas em cada freguesia. O “Aqui Portugal” teve algumas despesas, mas nada do que têm ouvido dizer. Em relação à devolução do IMI às Associações pensa que é de toda a justiça, e quem trabalha tem que merecer um carinho especial. Infelizmente alguns não vão conseguir aproveitar este benefício, pois para o aproveitarem têm que apresentar as contas e orçamentos, e muitas delas estão fechadas. Em relação ao índice de Transparência claro que gostaria de estar num lugar muito mais elevado. Recordou que já foram o 4.º neste índice e que foi dito, pelos membros da Assembleia de então, que não tinha grande valor. Não está muito

preocupado porque não mede o seu índice de transparência, nem do seu executivo, nem dos seus vereadores da oposição nem dos seus funcionários por aquele índice. Mede pelo dia a dia. Aquele índice de transparência é mais um índice de informação porque o que ele reflete é informação e não transparência. Não se preocupa com o lugar em que está a Golegã ou outro concelho qualquer. Preocupava-se sim se visse estes concelhos à frente no índice de qualidade de vida, no qual Ferreira do Zêzere subiu 187 lugares e de que ninguém falou. Ferreira do Zêzere é o 37.º concelho do país com melhor qualidade de vida. Em relação às rotundas o Eng. Frias vai explicar a parte técnica da construção das mesmas. Os pais do Wakeboard aqui na zona são o Presidente da Câmara de Ferreira do Zêzere e o seu Executivo que conseguiram tirar, pela primeira vez, para fora dos Estados Unidos e para a Europa uma prova do Mundial, que foi a prova rainha. Foi algo que deu algum trabalho e algum investimento e algo que cederam com muito gosto a outros concelhos porque entenderam que era um projeto que tinha tudo para ser intermunicipal. Vão ter a primeira estância de wakeboard do mundo. Estão a trabalhar e não estão distraídos, tal como não estão distraídos com Dornes, mas é difícil comparar Dornes com o Convento de Cristo e com Fátima. Têm tentado incluir Dornes no turismo religioso, mas não é fácil convencer um japonês, um coreano ou um brasileiro que vai a Fátima para ele, de animo leve, ir a Dornes. Também não é fácil incluir nos pacotes de viagem programadas um roteiro que incluía sempre Dornes. Mas conseguiram que Dornes tenha tido visibilidade e conseguiram levar Dornes a uma das 7 maravilhas do país, e Dornes está “cheia” de visitantes e turistas. Já fez reuniões com a PT e EDP para começarem a remover as antenas e fios que passam pelo ar para dar outra qualidade. Também é preciso renovar telhados e fachadas, é preciso um plano de salvaguarda, mas é um trabalho que vai demorar. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura do requerimento que o Partido Socialista enviou à Assembleia Municipal: *“Considerando a onda crescente de descontentamento dos munícipes acerca da construção da rotunda junto aos mansos. Considerando a ocorrência de um acidente na mesma rotunda. Considerando a urgente necessidade, por parte do Município, de justificar cabalmente o cumprimento das normas técnicas relativas à implementação/construção/sinalização da rotunda. Considerando os motoristas de veículos pesados expressarem a grande dificuldade para circundar a mesma. A bancada do Partido Socialista, por não estar ainda esclarecida nem convencida, requer a presença do responsável do projeto, Eng. João Pedro Frias Freitas, nesta próxima Assembleia /que decorrerá a 27 de abril, a fim de justificar o porquê da implantação desta rotunda com este formato, bem como se a obra cumpre escrupulosamente as normas técnicas e legais exigidas para este tipo de obra.”*. -----

O Presidente da Câmara Municipal interveio dizendo que acedeu com gosto a este pedido do Partido Socialista porque acha que podem e devem dar um esclarecimento do que fizeram. Foi feito para ser uma boa solução, mas há sempre discordantes. Estão ali para assumir aquilo que decidiram. Recordou que se trata de uma competência técnica da Câmara Municipal, mas é com gosto que levam ali o técnico para explicar o que foi feito para que, de vez, fiquem cientes. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Eng. Frias para proceder às explicações referentes à rotunda junto aos Mansos. -----

O Eng. Frias fez a sua intervenção explicando e justificando o formato da rotunda, bem como o cumprimento das normas técnicas e legais referentes à implantação, construção e sinalização. Durante a sua intervenção mostrou vários diapositivos. ----

O eleito local Paulo Rodrigues solicitou o uso da palavra e começou por agradecer

as explicações dadas pelo Eng. Frias. Continuou referindo que, pelo relatório da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, o sinal de proibição de virar à direita não poderá estar na rotunda pelo que o que irá acontecer é que vão proibir naquela estrada, o aceso à rotunda por veículos pesados. Outra questão é a saída das Vias Mansos estar com traço descontinuo para quem vai para o lado do Carril e, isso nunca poderá acontecer. Quanto ao sinal D1a, anda na estrada todos os dias e, a não ser em Ferreira do Zêzere e na rotunda junto ao Intermarché de Tomar, não conhece a existência deste sinal em mais lado nenhum. -----

O eleito local Carlos Salgado cumprimentou o Eng. Frias e referiu que o tem em grande consideração. Pessoalmente não está contra a rotunda e depois de tudo feito até pode ficar engraçado. O pedido feito para o Eng. Frias estar presente na Assembleia não é para o culpar, é para ele dar informações técnicas porque a Assembleia Municipal fiscaliza a Câmara. Pensa que o grande problema que se põe é o problema da estrada da Ereira e, se forem ver bem essa estrada nem faz parte da rotunda. Sugeriu, em nome do Partido Socialista, que fosse eliminada uma parte junto à rotunda naquela zona, para que os carros pesados possam virar à direita quando vão da Ereira para o Beco. Outra proposta apresentada, para evitar que os rodados andem em cima da própria rotunda, era a de encolher o lancil cerca de um metro para dentro e, depois esse metro e meio para fora, que vai fazer parte integrante da rotunda ficaria com retângulos escuros para chamar a atenção de que é rotunda. Outro reparo que fez foi em relação ao esgoto das águas pluviais para ver se há possibilidade de maior escoamento. Também notou um barulho esquisito naquele pavimento, quando se vai de Águas Belas até à rotunda e, foi informar-se tendo-lhe sido dito que aquilo estava empenado. Se é verdade, não pode ficar assim e a construtora tem um período de responsabilidade. Perguntou também porque razão

não se eliminaram os trinta centímetros de tout-venant que ficaram entre a estrada e a valeta na zona onde existe uma construção em betão. Pediu para estas propostas serem tidas em conta para ficar uma obra a 99% e sem críticas. -----

O eleito local Sérgio Morgado, Presidente da Junta de Freguesia da Águas Belas, também agradeceu a presença do Eng. Frias na Assembleia e em seguida referiu que a Freguesia de Águas Belas e ele pessoalmente, nunca esteve contra as rotundas e entende que há necessidade de haver as rotundas. Está contra e mantém a sua posição, na medida em que no desenho é uma coisa e na prática é outra. Tem camiões pesados com vinte e cinco metros e quando vão na direção de Águas Belas para o Carril é difícil, e o problema foi sempre aquele bico que lá existe em frente às Vias Mansos. Não está contra a rotunda, mas acha que para o trânsito pesado é extremamente difícil circular ali. Disponibilizou-se para ir lá com o seu camião fazer a experiência. Quanto ao trânsito ligeiro está perfeito e quanto à largura da estrada não tem dúvidas que foi cumprida a lei. Uma coisa é a teoria outra coisa é a prática. Estão ali para tentar resolver e não para complicar. -----

O Eng. Frias teceu alguns comentários às intervenções feitas pelos eleitos locais. Referiu que a sugestão do eleito local Carlos Salgado fez no sentido da existência de outro corredor é uma opção como outra qualquer e na qual também pensou. Não a contemplou porque o princípio da rotunda é estrangular as entradas e abrir as saídas. A solução que propôs e que está implementada dá trabalho aos camiões, mas fazem o percurso com total segurança. Quanto à entrada das Vias Mansos é uma questão que ainda quer ver no fim da sinalização horizontal estar concluída. Quanto ao sinal D1a há duas posições distintas pelo que vão aguardar a resposta da Autoridade de Segurança Rodoviária. Quanto à parte da obra que não correu bem o empreiteiro faz a obra e a Câmara fiscaliza. Ambos têm proteção da lei pelo que vão tentando

chegar a soluções que resolvam. O pavimento já foi corrigido, pois a transição entre frentes de trabalho resultou mal, e neste momento embora não sendo perfeito já está muito melhor. Há sinais que não estão à distância que devem estar do limite da faixa de rodagem. Foi uma opção sua pois quis esperar pela marcação da sinalização horizontal e já deu ordens no sentido de afastarem, da faixa de rodagem, todos os sinais cujo eixo do poste esteja a menos de oitenta e cinco centímetros do limite exterior da linha de sinalização horizontal que separa a berma da faixa de rodagem. Relativamente às águas pluviais houve problemas porque a obra não correu bem, houve sumidouros que não foram feitos quando deviam, mas neste momento já estão. Falta apenas um que vai ser feito encostado ao lancil. Quanto ao tout-venat entre a faixa de rodagem e a valeta foi uma opção de projeto baseada em tentar gastar menos dinheiro. Obviamente a rotunda é um incomodo para os camiões, mas o custo da segurança passa por aí. No percurso Águas Belas/Carril a saída é bastante generosa e as normas estão cumpridas. -----

O Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto reforçou que as rotundas foram feitas para regular o trânsito e dar segurança. Uma das primeiras perguntas que fez ao Eng. Frias, quando este lhe apresentou o projeto, foi porque é que não se podia virar à direita, vindo da Ereira. Foi-lhe explicado e ficou convencido. Lembrou que 80% dos que reclamam são 100% moradores na zona e, 100 metros antes têm a possibilidade de virar à direita sem irem à rotunda. Irão olhar para as propostas que foram feitas, mas tudo o que foi proposto já foi analisado antes e não lhes pareceu que fosse uma alteração ou implementação que desse mais segurança e é isso que pretendem. Agradeceu ao Eng. Frias que interrompeu as férias para estar presente na Assembleia. Vão analisar e depois dizem se, do que foi ali proposto, foi possível aplicar alguma coisa sem estragar a segurança que se pretende. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu, em nome da mesa e de todos os presentes, a presença do Eng. Frias.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Foi dada a palavra ao Sr. Vítor Mendes que procedeu à leitura das suas intervenções.

“Muito boa noite Senhor Presidente da mesa Assembleia Municipal, Senhores(as) Deputados Municipais, Senhores Vereadores, População presente. No dia 21/02/2018 pelas 14,30 horas, um grupo de moradores subscritores do abaixo assinado que contestam os maus cheiros criados pela empresa Biocompost estiveram reunidos com os representantes da DRAP aqui nas instalações da Câmara Municipal. Achamos importante dar a conhecer a todos os presentes, que em representação de quem dirige a Câmara Municipal que são os Vereadores, estiveram presentes os funcionários da Câmara Municipal, Eng. Frias e Eng. Azevedo. Por outro lado, confirma-se que a Câmara Municipal não tem só a responsabilidade na licença de construção, mas também a responsabilidade da localização, como sempre o dissemos, e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal sempre contestou. Quer isto dizer que, o Presidente da Câmara Municipal, para além de tentar fugir à sua verdadeira responsabilidade, ainda tentou passar essa responsabilidade para outros organismos do Estado. O que os representantes da DRAP assumiram na reunião connosco, é que não deixavam de assumir as suas responsabilidades, mas não estavam disponíveis para assumir as responsabilidades que cabem à Câmara Municipal. A avaliação que fazemos desta posição, não retira nada ao que sempre dissemos e continuamos a dizer, e a afirmar. O Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores

foram os principais responsáveis pela iniciação, ou seja, pela localização da fábrica, permitindo a grande proximidade das habitações com as inerentes consequências que se conhecem para a saúde das populações, situação esta, que se vem arrastando há cerca de quatro anos, E voltamos de novo a exemplificar; Quem avaliou a localização da instalação da empresa foi a Câmara Municipal. Esta conhecia, e conhece melhor que ninguém, que existiam e existem, moradores a viver a 250 e 450 de metros desta empresa, há mais de 50 anos. Voltamos de novo a afirmar, que quem determina sobre o Plano Diretor Municipal é a Assembleia Municipal, mas quem executa é a Câmara Municipal. Por outro lado, no que respeita à saúde pública, também esta responsabilidade é exclusiva do Presidente da Câmara Municipal, pela delegação de competências que lhe foi atribuída, pois o problema principal que tem sido vivido pelos moradores, são as questões da saúde pública, ligados com os fumos, cheiros, moscas, e possível contaminação das águas subterrâneas. A informação que nos foi dada pelos representantes da DRAP, é que, em finais de março do ano em curso, ir-se-ia fazer nova avaliação. Uma nota importante. O funcionário da Câmara Municipal e também deputado municipal Hugo de Azevedo, deu a informação na Assembleia de Freguesia da UFAP em 23/12/2017, que o Engenheiro da Empresa "Biocompost" lhe tinha dito, que a opção de efetuar a queima com carvão também não iria resultar. Se o Engenheiro que é contratado pela empresa para pôr um determinado serviço a funcionar, diz que certa opção não vai resultar, em que ficamos? É caso para perguntar se não andam a brincar com a saúde da população. Os resultados que obtivemos no mês em que nos encontramos, abril desde o dia 02 a 23, assim o confirmam. Os cheiros continuam, com os resultados conhecidos. Não foi para isto que a população votou nas eleições autárquicas. Os senhores utilizam o poder que vos foi atribuído pelo

voto popular na base de um conjunto de propostas, mas depois, pela calada da noite, fazem o contrário. A este tipo de comportamentos, chama-se demagogia. Voltamos a lembrar os senhores vereadores e os senhores deputados municipais do seguinte; enquanto o problema persistir, nós não nos calaremos. Podem falsificar o conteúdo das atas no que respeita as nossas tomadas de posição. Podem continuar a tratar-nos como gente inútil. Podem continuar a utilizar os vossos amigos com a propaganda falaciosa. Podem continuar a utilizar e a gerir este espaço que não é vosso, mas sim da população, de forma pouco saudável. Mas isso não vos iliba dos atos cometidos, pelo contrário, torna-o mais transparente e claro. Como disse sua Excelência o Senhor Presidente da República no Parlamento Espanhol a “Democracia” constrói-se no dia a dia. Senhores e Senhoras Autarcas, não destruam o que tanto tem custado a construir.”-----

Em seguida procedeu a outra intervenção: -----

“Sou, Vítor Manuel Rodrigues Mendes, residente na Rua do Telheiro de Cima, n.º 393. O assunto que hoje trago aqui, tem a ver com a falta de resposta ao problema por mim levantado nas duas ultimas assembleias. Passo a expor. Na Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2017, e na Assembleia Municipal de 22 de fevereiro de 2018, perguntei aqui nesta Assembleia, quais as razões que justificavam a não limpeza da vala de escoamento das águas pluviais "de parte da Rua do Telheiro de Cima”. Tanto numa, como na outra Assembleia, não existiu nenhuma resposta da parte dos Senhores Vereadores e desta Assembleia. No regimento desta Assembleia Municipal aprovada em 03 de Novembro de 2017, pelos Senhores Deputados Municipais, no seu artigo 27.⁰ (período de antes da ordem do dia), no seu Ponto 2, Alínea c) diz o seguinte: “Resposta às questões colocadas pelo público em assembleia anterior, que não tenham sido esclarecidas

no momento próprio”. Também no seu artigo 39.º, Ponto 4, diz o seguinte: “a mesa ou qualquer membro da assembleia ou da câmara, prestarão os esclarecimentos solicitados, ou, se tal não for possível, será o cidadão esclarecido posteriormente, por escrito”. Ora como os Senhores Vereadores e os Senhores Deputados Municipais se lembrarão, não existiu qualquer resposta por parte da Vereação nem da Assembleia sobre o problema que eu levantei nessas duas assembleias. Como o problema se mantém, e até se agravou, hoje não venho solicitar, mas sim exigir a esta Assembleia e aos senhores Vereadores e uma resposta verbal ou por escrito, baseado na Lei que os senhores e Senhoras deputados Municipais aprovaram. Espero eu que desta vez cumpram a vossa função, respeitando a Lei e respondendo aos assuntos que vos foram apresentados. Na casa da democracia não é de bom trato tratar desta forma. Fazer de conta que os cidadãos estão a falar para o boneco. Deve respeitar-se a diferença da cor da pele, da religião, da ideologia, e da opinião. Como até hoje não tem existido esse respeito, nem o cumprimento da Lei, ou os Senhores a cumprem, ou vejo-me no direito de os considerar uns fora da Lei.” -----

O Sr. Ercílio solicitou o uso da palavra para lembrar o senhor Presidente da Câmara que, no ano passado, na Assembleia, disse que os trabalhos da Ponte de Pias iam continuar brevemente. Está quase um ano passado e não vê nada feito. A não ser que queira deixar isso para o colega que vem no mandato seguinte. -----

A Sr.^a Manuela Ramos interveio apresentando-se e referindo que é uma das mães de Águas Belas. Estava acompanhada por mais duas mães e não estavam mais pelo tardar da hora. A DGESTE mandou uma notificação para a Câmara a dizer que era para fechar a escola e queria saber porque razão é que o Agrupamento não ficou a saber dessa mesma mensagem, visto que ainda no dia anterior, uma das mães que ali

estava, foi para ir matricular a filha e não lhe disseram que Águas Belas ia fechar. É de opinião que fechar uma escola centenária é um crime enorme e, além disso em setembro, na abertura do ano letivo, os vereadores Paulo Neves e Hélio Antunes estiveram na escola onde disseram que iam pôr um portão com uma campainha eletrónica, entre outras coisas. Perguntou para quê e se só se manteve aberto o ano anterior por causa das eleições. Não entende. Pensa-se em tudo menos nas crianças porque o Centro Escolar, para si, não é uma escola, é um depósito de crianças. Aquilo é uma selva. Não há uma coordenação entre pais com professores. Ali não existe nada. -----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas começou por dizer ao Sr. Ercílio que mantém aquilo que disse, embora não tenha dito tudo aquilo que o Sr. Ercílio ali referiu. À Sr.^a Manuela lembrou que a Escola de Águas Belas tem o destino de fechar desde 2010. Recordou que os pais, na altura, fizeram uma guerra porque a Escola de Águas Belas não podia ser uma escola de segunda. A DGESTE vem chamar a atenção para a necessidade de se encerrar a escola. Estranhou que não o tivessem feito já no ano anterior, e se o tivessem feito teria sido encerrada mesmo sendo ano de eleições. Quanto ao agrupamento não ter sido informado considera duas coisas estranhas: primeiro é estar a fazer matriculas já em abril, pois costuma ser em finais de maio ou principio de junho. Em segundo informou que o agrupamento sabe desde o primeiro dia. No instante em qua a Câmara recebeu o e-mail informou a Diretora do Agrupamento. É um processo que está em andamento e que irá a reunião de Câmara e, como já disse, não há grande margem de manobra para a escola ficar aberta. Fecharam milhares de escolas centenárias no país. Existem Centros Escolares por imposições que foram postas ao longo dos anos pelos mais diversos Governos. Dão a colaboração naquilo que

podem e que são as obrigações da Câmara, mas há coisas em que têm que alinhar naquilo que o Estado quer. Quando o assunto for a reunião de Câmara tomarão uma posição. Também já têm a posição da Associação de Pais, mas é certo que quando há salas livres nos Centros Escolares e têm que transportar os meninos de Águas Belas para os Centros Escolares para terem algumas atividades não é prático. -----

A Sr.^a Manuela Ramos, de novo no uso da palavra, referiu que não dá para perceber pois é uma escola que tem bons sucessos escolares e além disso, está informada que no Centro Escolar de Ferreira, no 3.º ano, as salas estão completas, pelo que quer saber para onde vão os meninos de Águas Belas do 3.º ano.-----

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que as crianças vêm de Águas Belas para Ferreira porque há espaço para elas, tal como não vieram em 2010 ou 2011 porque não havia espaço. Há mais do que capacidade no Centro Escolar para encaixar Águas Belas. Não vão ficar em nenhum contentor ao lado do Centro Escolar.-----

O Sr. Vítor Mendes mencionou que precisava de resposta às suas questões.-----

O Presidente da Câmara Municipal a este respeito referiu que, uma vez que não está na sala, não pode responder. Considera falta de educação o Sr. Vítor cumprimentar toda a gente e esquecer-se do Presidente da Câmara. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, dirigindo-se ao Sr. Vítor Mendes, transmitiu-lhe que ele estava muito enganado com a formação da Câmara. A Câmara tem um Presidente e quatro Vereadores e o senhor Vítor fala sempre em nome dos Vereadores. Não sabe se é por desrespeito ao Presidente da Câmara se é ignorância.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal

acerca da atividade e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Carlos Salgado interveio dando uma palavra de apreço às atividades da Biblioteca Municipal e dando os parabéns aos responsáveis da Biblioteca assim como aos seus funcionários. -----

2.- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A eleita local Fernanda Moura, no uso da palavra, referiu que analisando a Prestação de Contas do Ano 2017 verificava que foi um ano vazio, sem projeto, onde é notória a acomodação do executivo. Em sua opinião o executivo deve ter um papel preponderante na vida dos Ferreirenses, nomeadamente na confiança, na motivação e na economia. Na confiança, criar laços entre o Município e as populações de forma a agilizar a sua interação; na motivação, a população não deve ter dúvidas de que o Município está ali para resolver e não para complicar, sempre dentro da lei; na economia, dinamizando a economia local atribuindo o devido valor à população, aos empresários sediados no concelho, fazer a inventariação dos potenciais agentes económicos de forma que o Município possa adquirir o maior valor possível de bens e serviços dentro do concelho de Ferreira do Zêzere. existem bons profissionais e devem potenciá-los. Todos sabem que colocando um determinado valor na economia local esse, movimenta-se várias vezes durante o ano. Existem um orçamento de 9 000 000,00€ em 2018, e aquisição de bens e serviços em 2017, de 2 790 917,00 €, perguntou qual a percentagem de compras de bens e serviços adquiridos aos empresários sediados no concelho de Ferreira do Zêzere, em 2017, e o que é que motiva o executivo a adquirir bens e serviços fora do Concelho. -----

O eleito local Carlos Salgado no seguimento do que foi dito, e após analisar as

aquisições de bens e serviços verificou que há muitas adjudicações diretas de bens e serviços. Não está a dizer que o Presidente da Câmara incorreu em qualquer falta, porque tem a lei que lhe permite fazer isso. Há muitas pessoas que têm dito e perguntado porque é que a Câmara não pede orçamento às casas comerciais e aos empresários do concelho. Podem até não ficar com o fornecimento dos bens, mas é de bom tom quem, se pertencem ao concelho de Ferreira do Zêzere tentem engrandecer os empresários do concelho. Devem pautar a gestão também para eles. Perguntou se o Presidente da Câmara não costuma pedir orçamentos aos empresários de Ferreira Zêzere. Há muita adjudicação direta e não vê isso com bons olhos, embora não ponha em causa a prática legal que o Presidente da Câmara esteja a fazer. -----

O Presidente da Câmara Municipal antes de responder às questões colocadas, pediu à eleita local Fernanda Moura para lhe dizer de onde, na Prestação de Contas, é que conseguiu retirar os dados para fazer a sua intervenção, de modo a poder contrapor. No entanto, em relação à confiança referiu que respondia já, lembrando o dia 1 de outubro de 2017. Apesar de lhe dizerem que não têm projeto, não fizeram obra e não fizeram nada, ganharam as eleições e os Ferreirenses depositaram a sua confiança. Ao eleito local Carlos Salgado, não sabendo por onde é que ele andou ou quem é que ouviu, não admite que deixe coisas subentendidas. Recordou que já foi candidato três vezes à Câmara Municipal e três vezes ganhou. Isso alguma coisa quer dizer. A Câmara compra aos Ferreirenses 100% daquilo que pode comprar. Referiu que a eleita local Fernanda Moura leu um texto, mas não olhou para as contas, porque se o tivesse feito teria visto a quem compraram e quanto. Ao eleito local Carlos Salgado disse para perguntar aos comerciantes Ferreirenses se lhe são ou não pedidos orçamentos. Pedem orçamentos, lançam concursos, mas já só está

disponível para ajudar quem quer ser ajudado. A quem não quer concorrer e não quer fazer obras não pode obrigar. A maneira de trabalhar da Câmara, para além de ser 100% legal, é 100% ética e 100% moral. Também há o livre arbítrio da Câmara e do Presidente da Câmara e há coisas que também não abdica de fazer quando, onde e como quer. -----

A eleita local Fernanda Moura respondeu que não ficou convencida porque precisa de mais elementos, mas, defende sempre aquilo em que acredita. Assumiram junto dos Ferreirenses que os defenderiam com isenção, independência e rigor e por isso é que ali estão. -----

O eleito Carlos Salgado em resposta ao que foi dito pelo Presidente da Câmara esclareceu que não quis ofender o Presidente da Câmara. A lei prevê que o Presidente da Câmara pode fazer adjudicações diretas até certo valor sem pedir orçamentos e se isso foi feito não é crime nenhum. A missão ali é fiscalizar dentro do respeito.-----

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que às vezes não é o que se diz que levanta dúvidas, muitas vezes é o que fica por dizer que dá aso a outros entendimentos, por isso é que quis esclarecer para não deixar dúvidas. Perguntou se achavam normal as “Vias Mansos” terem a obra a passar junto a “casa” e não concorrerem. Se calhar até sabe porquê, mas depois não podem andar a queixar-se que a Câmara não lhe adjudica obras.-----

O eleito local Carlos Salgado solicitou que na Prestação de Contas de 2018 conste a percentagem de aquisição de bens e serviços aos empresários de Ferreira do Zêzere. -

Colocada à votação, a Assembleia Municipal votou os Documentos de Prestação de Contas com onze votos a favor, dez abstenções e zero votos contra. -----

O eleito local Manuel Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Sr.^a do

Pranto, interveio dizendo que a sua abstenção é pelo facto de não ter feito parte da Assembleia no último ano. -----

3.- Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 1 e alteração às PPI n.º 1, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não houve intervenções.-----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com treze votos a favor, oito abstenções e zero votos contra, aprovar a Revisão Orçamental n.º 1 e alteração às PPI n.º 1.-----

4.- Apreciação e votação da constituição da empresa local, de natureza intermunicipal, designada "RSTJ - Gestão de Tratamento de Resíduos, EIM, S.A." (inclui pacto social da empresa, minuta do contrato de gestão delegada para a prestação dos serviços de gestão e tratamento de resíduos urbanos e estudo de viabilidade económica e financeira da empresa intermunicipal), nos termos do n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, conjugado com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Carlos Salgado interveio perguntando se a Resitejo vai continuar. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta, informou que a Resitejo vai continuar enquanto houver alguns ativos e algumas obrigações. Tem que continuar até poder ser extinta. O que está a discussão e votação neste ponto resulta da força da Lei. O modelo em que assentava a Resitejo está ultrapassado de tal maneira que, foi feita uma Lei à medida para “apanhar” a Resitejo. Tem duas hipóteses. Ou avança para este cenário ou vai deixar de processar lixo. Pensa que todas a Câmaras irão aprovar porque não há outro caminho. Foi um processo demorado, com muitas

opiniões e várias sensibilidades políticas das Câmaras que estão dentro da Resitejo, mas foi possível chegar ao documento apresentado à Assembleia que prova que a empresa é viável, tal como a Resitejo tem sido até à data. Os resíduos são um problema cada vez mais complicado e, vão ter que reciclar cada vez mais e melhor. --

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor, duas abstenções e zero votos contra, aprovar a constituição da empresa local, de natureza intermunicipal, designada "RSTJ - Gestão de Tratamento de Resíduos, EIM, S.A. -----

5.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro à Freguesia de Chãos, no valor de 3.000,00€ (três mil euros), para aquisição de uma carrinha de caixa aberta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A eleita local Elisabete Farinha interveio dizendo que verificou, nos movimentos deste procedimento, que o raciocínio foi com base na atribuição do mesmo valor a outras juntas de freguesia, nomeadamente em 2008 às Juntas de Freguesia de Águas Belas e do Beco, em 2011 à Junta de Freguesia de Dornes e em 2015 à Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere. De 2008 para 2018 passaram 10 anos e a sua questão é se o executivo da Câmara não considera que, doravante, deve fazer um ajuste dos apoios que são concedidos em função das particularidades de cada caso e não como uma bitola que eventualmente vai ser injusta, desde logo porque em 10 anos muitas coisas se alteraram, nomeadamente a inflação. Estarem a medir os apoios em função dos apoios de 2008 não lhe parece o mais correto. -----

O eleito local Edmundo Freitas, presidente da Junta de Freguesia de Chãos, sobre este assunto verificou que o Presidente da Câmara, na reunião de Câmara disse que *“as Juntas também têm instrumentos chamados orçamentos, recordando que não se*

candidatou às Juntas de Freguesia, mas sim à Câmara Municipal e, como o Presidente da Junta, também tem muitos sonhos”. Entende que o senhor Presidente da Câmara deve ter o sonho de gastar 103 000,00 euros no futsal no ano transato. Também não percebe como é que no ano transato deu 86 000,00 euros para viaturas, sendo 16 983,00 euros para a Associação Igrejanovense de Melhoramentos, 15 000,00 euros para o Centro de Bem Estar Social de Águas Belas, 20 000,00 euros para o Sport Club de Ferreira do Zêzere e para a Guarda Nacional Republicana 35 000,00 euros. Perante isto não percebe qual é o raciocínio dos 3 000,00 €. Fala por si e por todas as Juntas de Freguesia. É de opinião que, às Juntas de Freguesia, dão o caramelo e a fava e às outras instituições dão o bolo e o brinde. -----

O Presidente da Câmara Municipal sobre este ponto começou por dizer que percebe que às vezes não é fácil querer uma coisa e o seu contrário. Ser coerente traz sempre alguns problemas, mas gosta de ser coerente e consegue conviver com os problemas que isso traz. Entende que o máximo que poderiam fazer era corrigir a desvalorização da moeda face à inflação, mas nos últimos dez anos, se calhar, nem chegou a 10%, porque a inflação tem sido baixa e houve uns anos que até foi negativa. Ao darem 3 000,00 euros a todas as Juntas de Freguesia estão a pô-las em pé de igualdade. Confundir e querer fazer juízos de valor com outras coisas se calhar não é o melhor caminho. Confundir IPSS que têm lares e centros de dia com uma Junta de Freguesia não é o melhor caminho. A Junta de Freguesia recebe meios da Câmara, como máquinas e pessoal, para ir fazer algumas coisas. Quanto ao Futsal referiu que estão num país complicado que não tem dinheiro para hospitais, mas tem dinheiro para pagar férias a cinquenta e cinco mil pessoas; um país que tem um défice de natalidade, mas que apoia o aborto. Ficar-lhe-ia mal não fazer também um pouco estes disparates como apoiar o futsal e divulgar o nome Ferreira do Zêzere.

Uma carrinha para a Junta de Freguesia de Chãos tem muito valor para Chãos e para as pessoas de lá, mas tem que se colocar em termos relativos quanto ao apoio dado para o futsal. São opções políticas. Sabe que o eleito local Edmundo Freitas é novo nisto, mas vai aprender rapidamente porque é um rapaz inteligente e vai perceber que as coisas são mesmo assim. Fazer política é fazer escolhas e saber viver com elas e, sabe muito bem viver com as escolhas que faz.-----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o de apoio financeiro à Freguesia de Chãos, no valor de 3.000,00€ (três mil euros), para aquisição de uma carrinha de caixa aberta.-----

6.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para comparticipação de despesas atinentes ao seguro, subsídio de alimentação e subsídio de transporte, caso exista, de três trabalhadores integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Freguesia de Areias e Pias, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não houve intervenções.-----

Colocado à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a comparticipação de despesas atinentes ao seguro, subsídio de alimentação e subsídio de transporte, caso exista, de três trabalhadores integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Freguesia de Areias e Pias. -----

7.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de alimentação de um trabalhador integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Freguesia de Águas Belas, ao abrigo da competência que lhe é

conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a comparticipação de despesas atinentes ao seguro e ao subsídio de alimentação de um trabalhador integrado na candidatura ao programa CEI do IEFP, apresentado pela Freguesia de Águas Belas. -----

8.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio/auxílios às freguesias do concelho, no presente mandato, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Câmara Municipal interveio referindo que, na proposta, existe uma alínea que não tem valor e que é para apoio a despesas urgentes e inadiáveis às freguesias. Solicitou que fosse definido pela Assembleia qual o valor a considerar, lembrando que virão na mesma todos os valores à Assembleia Municipal, nem que seja à posteriori, para conhecimento. Informou que na anterior deliberação o montante era 2 500,00 euros e que nunca foi utilizado. -----

Concordaram definir 2 500,00 euros. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de apoio/auxílios às freguesias do concelho, no presente mandato, tendo sido definido o valor de 2 500,00 euros, para apoio com auxílios financeiros para situações inadiáveis. -----

9.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro. -----

a) Sinalização de trânsito na Rua João da Costa, sita na Vila e sede de freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização de trânsito na Rua João da Costa, sita na Vila e sede de freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

b) Sinalização de trânsito na localidade de Cubo, freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização de trânsito na localidade de Cubo, freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

c) Sinalização de trânsito para Rua da Bela Vista e Rua Nossa senhora da Encarnação, em Cumes e Rua do Canto em Pinheiros, freguesia de Chãos; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o estudo de sinalização de trânsito para Rua da Bela Vista e Rua Nossa Senhora da Encarnação, em Cumes e Rua do Canto em Pinheiros, freguesia de Chãos. -----

10.- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente à moção de apoio ao "Movimento pelo Interior - Em nome da coesão", promovida pela Assembleia Municipal da Guarda, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria com dezasseis votos a favor, quatro abstenções e um voto contra, aprovar a moção de apoio ao "Movimento pelo Interior - Em nome da coesão". -----

O eleito local Paulo Rodrigues solicitou o uso da palavra para justificar o seu voto contra. Esclareceu que votou contra porque a moção inicial foi apresentada por um grupo parlamentar do PSD, e isto é um movimento em si que são várias situações. --

11.- Apreciação e votação do pedido de revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2015, referente à proposta de passagem de áreas do domínio público municipal, sitas ao longo da Av. 13 de Junho, na vila e sede de freguesia de Ferreira do Zêzere, para o domínio privado municipal, nos termos do art.º 165.º e seguintes do CPA. -----

O Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto começou por referir que este loteamento tem sido um “monte de trabalhos”. Em 2015, com a notária que estava em Ferreira do Zêzere na altura, foi delineada uma estratégia que passava do domínio público municipal para o domínio privado municipal. Mudou a notária e mudou o caminho a seguir, pelo que há que retirar do domínio privado e voltar ao domínio público. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2015, referente à proposta de passagem de áreas do domínio público municipal, sitas ao longo da Av. 13 de Junho, na vila e sede de freguesia de Ferreira do Zêzere, para o domínio privado municipal. -----

12.- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

